

| 1036 | TERRITÓRIO USADO E PRÁTICAS SOCIALMENTE NECESSÁRIAS: BASES CONCEITUAIS PARA A INTERPRETAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO E PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS TERRITORIAIS

Manoel Lemes da Silva Neto

Resumo

O foco é a constituição do “período demográfico” ou, ainda, “período popular da história”. Dessa abordagem surgem categorias radicalmente inovadoras para a compreensão do fenômeno espacial. A noção de “território usado” e de “mercado socialmente necessário” são exemplos dessas categorias. Decorrem da dimensão territorial praticada pelo “homem lento” e resultam das solidariedades orgânicas relativamente independentes da regulação do mercado global. Nessa linha de pensamento, a proposta do tema envolve a discussão das práticas e políticas territoriais socialmente necessárias. Seus elementos teórico-empíricos fundamentam-se nas dinâmicas e processos socialmente praticados nos lugares que abrigam massas urbanizadas com altas concentrações demográfica, de renda, de desenvolvimento econômico e de pobreza, como também de enorme sociodiversidade como nas metrópoles brasileiras.

Palavras-chave: planejamento regional; organização espacial; globalização; políticas territoriais.

Introdução

A interpretação do fenômeno espacial na atualidade dá margem a mais dúvidas que certezas e dificultam a análise e a prospecção de tendências. A densidade técnica existente no território aumenta constantemente. Inumerável, a diversidade de variáveis e de fatores incluídos no estudo da organização espacial torna a própria escolha da abordagem analítica, em si, um problema.

As análises dedicadas à dinâmica de produção do mundo contemporâneo defrontam-se em um terreno movediço. Na significação espacial de Los Angeles, Edward Soja (1993) recorreu a uma figura extraída dos contos de Jorge Luis Borges, o “Aleph”. Na “Condição pós-moderna”, David Harvey (1993) propôs o conceito de “compressão do tempo-espaço”. Não raro, o ineditismo da contemporaneidade propicia abordagens justificadamente estupefatas, mas não se pode esquecer de que inovações são particularidades que emprestam à totalidade a conformação temporal presente. Essas, as particularidades presentes, geram o que Milton Santos denominou “aceleração contemporânea” (1994, p. 29-39). Procedente de acelerações anteriores, desencadeia as circunstâncias que produzem o período histórico atual, entre as quais “um arranjo

deliberadamente destinado a impedir que se imponham a ideia de duração e a lógica de sucessão” (p. 30).

Nos espaços da globalização, esse arranjo teria engendrado a “psicoesfera” (Santos, 1996, p. 203-204) como dimensão propícia à difusão de limites artificiosos à análise crítica e, conseqüentemente, à crítica propositiva. O “pensamento único” (Arantes, Vainer, Maricato, 2000; Santos, 2000) comporta-se, assim, nesse domínio do imaginário, como sistema lógico e redutor das possibilidades de reflexão e de ação política. A coisificação dos valores e das necessidades humanas fundamentais diminui o sentimento de liberdade individual (Grau, 1997, p. 39).

Conseqüentemente, controles dessa natureza impedem que projetos hegemônicos apresentem-se com nitidez, inclusive para os segmentos sociais mais instáveis.

A globalização é uma dessas criações que incentiva a manutenção da exclusão social, incrementando-a, inclusive, como consequência perversa aceitável por muitos. Decorridos mais de dois séculos, pelo menos desde Rousseau (1765), a desigualdade decorrente da distribuição imoral das riquezas permanece incólume ao passar-se, ainda nos dias de hoje, como um “mal necessário”. Mas parece que as contra-racionalidades (Santos, 2000, p. 110) impõem-se cada vez mais intensamente, há movimentos insurgentes no Brasil e no mundo, inclusive ideários explicitamente direcionados à construção de resistências largamente difundidas (Hessel, 2011).

Daí um período conflituoso em necessidades de organização. Das estruturas espaciais herdadas do passado recente às que, solidariamente ou não, correspondem ao projeto hegemônico de unificação global. O momento é de profunda transição entre formas diferentes de organização social, política e econômica, o que inclui horizontes libertários.

Historicizadas, as formas que se sucedem poderão aumentar as chances do mundo contemporâneo ser portador de simetrias socialmente justas. Há pré-condições favoráveis para se pensar nisso.

O período demográfico, ou período popular da história, surge como possibilidade que promete outro projeto de mundo possível e mais atento ao comum. A globalização não é irreversível, nem inexorável. Como outros tantos períodos históricos o período demográfico surge em prenúncio a outros possíveis históricos que já anuncia que as ordens estarão a mando da política e não mais da economia. E esse outro mundo conduz um projeto em que “as pessoas constituiriam a principal preocupação, um verdadeiro período popular da história, já entremostrado pelas fragmentações e particularizações sensíveis em toda a parte devidas à cultura e ao território” (Santos 2000, p. 119).

Nesse contexto difuso, formas alternativas de organização social, política e econômica revelam-se autônomas. E já estão postas em jogo na “dialética do mundo concreto”, no “território usado” proposto por Milton Santos (1994a; 2000).

“O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (1994a, p. 16). Fala-se, então, de território-espaço humano em sua inteireza, e não do espaço determinado pelas convergências disciplinares. A hipótese é que (1) a teoria social crítica é pré-requisito para a compreensão da organização espacial na atualidade e que (2) o território usado constitui-se categoria central de análise, especialmente para a planificação.

Nessa direção, o território usado pode ser abordado como importante base analítica de práticas e políticas socialmente necessárias.

A propósito, a ideia de “socialmente necessário” surge, originalmente, no trabalho de Ribeiro (2005) atrelado à noção de “mercado socialmente necessário”, assunto que será retomado nas conclusões deste artigo. Nas cidades e nas regiões, arenas das conveniências da economia globalizada, convivem lado a lado, territorializadas, outras solidariedades das quais poderão surgir políticas capazes de não constranger particularidades ainda não hegemônicas. Isto é, socialmente necessárias.

Por hipótese, esse posicionamento metodológico abre possibilidades de se entrever outras lógicas coerentes, porém ocultadas, que convivem dialeticamente com as racionalidades da globalização. Essa abordagem é em especial importante nas políticas públicas de caráter territorial, como é o caso do planejamento urbano e regional e do urbanismo. Quando a dimensão territorial é considerada nesses processos, surgem novas proposições com a virtude de estreitar a relação indissociável entre teoria e *práxis*, mas sob outros nexos organizacionais.

Nessa direção, propõem-se duas abordagens. A primeira apresenta a hipótese de que vivemos, desde agora, novo período histórico. A segunda, razões pelas quais não há como adiar práticas socialmente necessárias como fundamento teórico-metodológico para a análise territorial e para a proposição de cenários alternativos de organização socioterritorial.

Indícios de novo período histórico

No livro “A cultura das cidades” (1938, 1961), Lewis Mumford, importante precursor da ecologia urbana, propôs uma teoria evolucionista da urbanização segundo a

qual as cidades nascem, crescem, tornam-se metrópoles e, finalmente, necrópoles. Este seria o destino das grandes cidades.

Em decorrência de fatores sociais, políticos, econômicos, como também devido a cataclismos naturais, é verdade que muitas das grandes cidades históricas desapareceram. Algumas sem deixar vestígios. Então, o mesmo ainda poderá acontecer? Tal possibilidade histórica pode ser descartada? Numa primeira impressão, a resposta é afirmativa. Embora haja amplo alardeamento dos graves problemas que ameaçam a sobrevivência planetária, a cultura contemporânea resiste à possibilidade de assistir a mudanças de hábitos, comportamentos e nas ações políticas. O colapso das grandes cidades – que sinalizaria o esgotamento generalizado do sistema político, econômico e social – parece estar longe de ser cogitado. Primeiramente, pela crença de que o *statu quo* permanecerá indefinidamente inabalado. Depois, pela crença de que os recursos tecnológicos poderão solucionar quaisquer problemas que se interponham ao modo de vida contemporâneo (Dertouzous, 1998).

No entanto, a hipótese de que o futuro próximo possa acarretar alterações radicais tem que ser ao menos encarada como possibilidade factível. Além disso, notícias recentes convidam a repensar o destino das sociedades humanas. O ataque às Torres Gêmeas do *World Trade Center*, em 2001, trouxe para a realidade um drama ficcional até então vivenciado em telas de cinema. E as notícias aumentam em frequência e número, e não se pode afirmar que, graças às tecnologias da informação *on line*, a amplitude de cobertura e a difusão das notícias resultem apenas da simultaneidade de comunicação dos eventos. Ou, ainda, que estejam tão somente a serviço dos governos e das grandes empresas. Esses fatores contribuem para a avalanche de notícias, mas não é só por isto que a barbárie inunda os meios de comunicação. A conjuntura do mundo atual realmente é muito conflituosa e violenta, e instiga o sentimento de um novo *mal du siècle*. E há outro aspecto que deixa a reflexão mais complexa. A inquantificável multiplicidade e disponibilidade de informações produz um baralhamento a respeito do que é crível ou não.

As dinâmicas e processos em curso exigem redobrar o esforço analítico e que, dada a urgência, também contenha em si um esforço propositivo.

Em 1950, menos de 300 mil pessoas viviam em Lagos, Nigéria. Hoje, é a sexta maior cidade do mundo. A estimativa é que, em 2015, Lagos terá 23 milhões de habitantes e será a terceira megacidade do mundo, depois de Tóquio e Mumbai. 60% de sua economia é informal e gira em torno da reciclagem do lixo produzido no ocidente (Revista Piauí, 2006). A *Basel Action Network*, organização mundial dedicada às questões ambientais e, especialmente, aos impactos provocados pelos resíduos tóxicos, afirma que mais de 500

containers gigantes, cheios de velhos computadores, televisores e telefones celulares, chegam mensalmente em Lagos provenientes dos Estados Unidos e da Europa. A justificativa é utilitarista e de efeito duvidoso. Servem para reuso ou reparo, mas 75% dos computadores eram inúteis ou irreparáveis (Lodish, 2005).

Recursos hídricos. A tendência de aumento da escassez de água impulsiona dois movimentos em direções opostas. Um acionado pela visão empresarial das grandes corporações globais distribuidoras de água, consorciadas a organizações influentes como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional. Outro, impulsionado pelos movimentos sociais. Em 2005, no Altiplano boliviano, uma greve geral de três dias conseguiu a expulsão da companhia *Suez-Lyonnaise des Eaux*.

Os conflitos rurais no Brasil aceleram-se na mesma direção. Segundo o relatório “Direitos humanos no Brasil 2: diagnóstico e perspectivas”, os conflitos no campo aumentaram 71% no período de 1998 a 2005. Ocorreram 1.100 conflitos em 1998. Em 2005, 1.881, quando estiveram envolvidas mais de um milhão de pessoas, aceleração concomitante ao aumento da violência no campo.

Aliás, nas áreas rurais e urbanas, o aumento da violência vem acompanhada de perto pelo alargamento da criminalização dos movimentos sociais ligados às lutas pela reivindicação de direitos políticos, econômicos, sociais e culturais. E há outro fenômeno particularmente importante no caso brasileiro: baixa credibilidade das instituições de segurança e justiça aliada às altas taxas de impunidade (Izumino e Neme, 2002, p. 47).

Em síntese, tal panorama apresenta indícios de que podem ocorrer transformações próximas ao cenário vaticinado por Lewis Mumford, mas não porque as cidades desaparecerão. Está em curso a constituição de novo período.

Para Bruno Latour (1997), esse mosaico de situações revelado cotidianamente, “híbridas de natureza e cultura”, escapa à capacidade explicativa dos conceitos “purificados” das ciências sociais e humanas e das naturais e exatas (p. 21). Como a ciência econômica explica o fenômeno brasileiro? As respostas resvalam para as metáforas, tais como “economia subterrânea”, que, por enquanto, correspondem à maneira de explicar fenômenos que se dão sob o domínio de práticas socioculturais híbridas. E o paradoxal disso tudo é que a condução política na contemporaneidade – e, em especial, na planificação –, continua persistindo na explicação formalista do mundo concreto, alienada e alienante.

Mas é dessa desorganização aparente que surgem indícios de novo período. O próprio engenho humano encarrega-se de gerar contra-racionalidades – “chamadas de irracionalidades pelos que desejariam ver como única a racionalidade hegemônica” (Santos,

2000, p. 110) – que impulsionam a sobrevivência e o futuro da maioria; elas ajudam a compreender processos ampliados à dimensão da cultura e à rerepresentação das relações homem-natureza, ou mesmo a sua reinvenção. A questão é que essas outras dinâmicas e processos subvertem a lógica do mercado e às convenções científicas relutantes em reconhecer no lugar, no território vivido, o repositório de novo período. Paradoxalmente, outros possíveis históricos.

“Território usado” (Santos, 1994; 2000) e “mercado socialmente necessário” (Ribeiro, 2005) são exemplos de conceituações que surgem da interpretação autônoma do presente histórico em direção a perspectivas libertárias e a projetos sociais inovadores. Tratam-se, em princípio, de orientações teórico-metodológicas indispensáveis para esclarecer a opção pela identificação de obstáculos ao conhecimento do presente e que, aceitas, auxiliam entrever que o advento da globalização igualmente produz as pré-condições necessárias ao surgimento de novo período histórico. Popular ou demográfico.

Nessa direção, as práticas e políticas territoriais socialmente necessárias corresponderiam às possibilidades de se banalizar uma forma particular de planejamento: o socialmente necessário. Se o planejamento for compreendido no rol das “técnicas de controle social” (Mannheim, 1940, apud Pereira, 1970, p. 14), as práticas e políticas socialmente necessárias definem-se à medida que o controle social deriva da dualidade do agente Estado-Mercado para o Território, só que alçado à instância ativa da sociedade, “como a economia, a cultura e a política” (Souza, 2005, p. 252). O planejamento socialmente necessário reforça o controle socioterritorial da ação política na organização do espaço humano, acenando, com isso, possíveis históricos potencialmente libertários.

Do ponto de vista do planejamento urbano-regional e do urbanismo, pode-se dizer que essa outra possibilidade corresponde, grosso modo, ao que Boisier denominou como “paradigma construtivista/complexo”, e em confronto ao neoliberalizante “paradigma positivista/analítico” (1988, apud Silva Neto, 2003, p. 368-369). O planejamento, então, poderia “ser identificado como uma ‘engenharia de intervenções territoriais’ e as regiões, como os edifícios, ‘espaços socialmente construídos’” (Id, ibid, p. 369). E essa complexidade impõe revisões epistemológicas importantes, como, por exemplo, a substituição da tríade clássica de agentes – Estado/Mercado/Sociedade –, por categorias que traduzem melhor a heterogeneidade dos interesses sociais. Por exemplo: 1) Dirigentes políticos; 2) Planificadores e demais tecnocratas; 3) Outros burocratas; 4) Capitalistas e empresários; 5) Gerentes e outros tecnocratas; 6) Oficiais militares; 7) Juizes e advogados; 8) Dirigentes sindicais; 9) Dirigentes de associações profissionais; 10) Proprietários de meios de comunicação; 11) Acadêmicos e

intelectuais; 12) Dirigentes de organizações religiosas; 13) Dirigentes de organizações estudantis; 14) Dirigentes e ideólogos que rechaçam a economia de mercado; 15) Dirigentes de movimento de pobres rurais e urbanos (Wolfe, 1987).

Justificativas para a formulação de práticas e políticas socialmente necessárias

O texto “Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário”, de Ana Clara Torres Ribeiro (2005), é um convite a pensar sobre outras dimensões espaciais que necessitam de abordagens como o proposto pela autora. Isto é, sob o foco do “socialmente necessário”. Esse ponto de vista repousa no conceito de “território usado”, trazendo à tona, desde agora, uma particularidade possível do período popular da história. Portanto, avança na prospecção de tendências.

A noção de “mercado socialmente necessário” é resultado da “análise pertinente”. Isto é, “quando o analista sabe claramente o que está fazendo”. O “conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrito” (Morin, 2002, p. 15). No caso, produzindo “os instrumentos analíticos de que necessitamos para enfrentar a dura tarefa de interpretar a realidade social” (Santos, 1988, p. 3).

Cada vez mais abstrato e fundamentalmente financeiro, o mercado ativa relações socialmente necessárias por emulação dos segmentos sociais não completamente envolvidos nas relações de produção formalizadas. Elas se desenvolvem orientadas em noções de valor indispensáveis à sustentação das sociedades, originando solidariedades que, dotadas de grande potencial transformador, emergem territorializadas nos lugares. A abordagem pode contribuir na formulação das teorias explicativas da organização espacial do mundo contemporâneo. Ela desenvolve uma possibilidade teórica que, simultaneamente, apresenta uma possibilidade de ação política. De política territorial.

A hipótese é que estão surgindo outras configurações culturais e uma diversidade enorme de situações incompreendidas pelo pensamento e pela lógica puramente instrumental. Sob a mesma unidade discursiva, as novas configurações e diversidades são geralmente ignoradas no planejamento instrumentalizado, e isso aumenta as desigualdades, acentua os processos de exclusão e, conseqüentemente, a demultiplicação de demandas socialmente necessárias.

Análises e soluções descontextualizadas das dinâmicas e processos socioespaciais em seus sentidos mais largos são insuficientes para dar conta de uma explicação satisfatória do mundo contemporâneo. Partem de crenças utilitaristas, tais como a de que o progresso

tecnológico é inexaurível, que a “dinâmica do mercado é capaz de gerar, de maneira automática, a distribuição mais justa da riqueza” (Cadernos IPPUR/UFRJ, 2006, p. 3). A informalidade se combate com a regulação tributária e fiscal. A violência, com ampliação do sistema prisional e da polícia. A produção, o estoque e a disponibilidade de alimentos são enormes, mas, ainda assim, o lixo é recurso para alimentar milhões de pessoas.

Na globalização, o avanço do capitalismo e o triunfo da concepção neoliberal de mercado conduzem a toda sorte de derivações do totalitarismo, autorizado, como nunca antes, a se descomprometer do humanismo. Mas é justamente o acirramento das contradições aí instaladas que produz as pré-condições das quais emergem os movimentos de reação. Organizadas de baixo para cima (Sthör, 1981), as novas configurações socioculturais aumentam seu peso político ao territorializarem, nos lugares, solidariedades orgânicas praticadas pelos homens comuns na luta cotidiana pela sobrevivência. Reagindo a variáveis como à pressão demográfica e ao projeto da maioria, tais configurações poderão potencializar o desvanecimento do período anterior, impondo os condicionantes do novo. A transição para o “período popular da história” estaria, então, fundamentada na criatividade cotidiana e por meio de muitas formas de superação das racionalidades hegemônicas. Algumas inéditas, outras são práticas ancestrais, como a troca direta de mercadorias.

Em caráter exploratório, e visando desenvolver o plano analítico acima esboçado, os pontos seguintes buscam inter-relacionar práticas e políticas territoriais à noção elementar de ações “socialmente necessárias”.

1. O mundo empiricizado e a densidade técnica presente no território

De todas as ordens, a abundância de informações e a possibilidade de monitoramento da superfície terrestre permitem finalmente a experimentação empírica da concepção filosófica de mundo. O ecúmeno não é só uma representação conjecturada das relações homem-natureza, mas fato concretamente vivenciado. A revolução das tecnologias de informação possibilita conviver com o presente real, com a totalidade em movimento, muito embora o privilégio esteja restrito a alguns. Reservado aos que detêm os dados e os interpreta, tal experimento pode, contudo, estender-se a comunidades inteiras, veiculando a ampliação de conhecimentos, o surgimento de novas possibilidades de ação e o restabelecimento de contextos com os quais, individual ou coletivamente, as pessoas compreendem-se e situam-se no mundo.

A contemporaneidade também se torna experiência empírica graças ao aumento da densidade técnica presente nos territórios. Por sinal, o funcionamento prático do mundo

tornou-se possível porque a integração do planeta permanece constantemente garantida por meio de sistemas técnicos. Entre eles, as cidades, os transportes e as comunicações. Esses são os mais vitais. Difusamente distribuída em quase todas as localidades da Terra, tal densidade impõe compreender a organização espacial pelo princípio de sua “unicidade técnica”, que é também política e econômica (Santos, 1996, p. 151-169; 2000, p. 24-27).

E o que esse mundo empiricizado revela? Por exemplo. O estado de São Paulo é formado atualmente por 645 municípios, dos quais 37¹ desempenham um papel especial no comando da produção e dos fluxos: ocupam 6% do território paulista; abrigavam, em 2000, 56% da população; foram responsáveis por 70% do somatório do valor adicionado durante o período 1993-2002; de 1988 a 2000, efetuaram 91% das operações de crédito e 93% dos depósitos bancários do estado (Silva Neto, 2006, p. 54). Como explicar semelhante geografia sem atribuir significado central à unicidade técnica que semeia desigualdades?

O fenômeno é multidimensional. Se essa análise for feita no interior das cidades, lá está o processo de segregação socioespacial, e o resultado, provavelmente, será o mesmo no Brasil e no mundo. O princípio organizacional é o mesmo em praticamente todos os lugares: racionalidade, fluidez, liquidez e lucro.

No caso paulista, as desigualdades socioespaciais são históricas. Poucos lugares sempre foram mais favorecidos que a maioria deles. Hoje, a continuidade deste quadro territorial revela o abandono das políticas sociais, especificamente das políticas públicas de caráter territorial. Embora haja um volume gigantesco de informações que demonstram enfaticamente o comportamento e os mecanismos que resultam assimetrias territoriais desse tipo, o Estado continua a praticar um planejamento formalístico, fortemente setorializado, com alvo na gestão e afastado da política territorial. Ela está sendo sistematicamente colocada em segundo plano no rol das preocupações governamentais brasileiras.

Por conseguinte, deliberadamente ou não – ou seja, planejadamente ou não –, a retração do papel do Estado no comando da organização espacial impulsiona a constituição de territorialidades conformadas por projetos hegemônicos indutores de fragmentações. As configurações socioterritoriais locais são desorganizadas para que projetos exógenos organizem-se nos lugares.

¹ Araraquara, Araras, Barueri, Campinas, Carapicuíba, Cotia, Cubatão, Diadema, Guarulhos, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Itu, Jacareí, Jundiaí, Jaguariúna, Mauá, Mogi Guaçu, Osasco, Paulínia, Piracicaba, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salto, Santa Bárbara d'Oeste, Santo André, São Bernardo do Campo, Santos, São Caetano do Sul, São Carlos, São Jose dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Sumaré, Suzano, Valinhos e Vinhedo (Silva Neto, 2004).

2. Os descaminhos das políticas públicas de caráter territorial

Política, em sentido clássico, inclui todas as atividades relativas à convivência humana, ao governo e ao poder. O conceito de política pública é restrito a uma atividade especializada do Estado moderno. O conceito de gestão refere-se, primordialmente, ao presente, aos procedimentos operacionais, à administração e à aplicação de leis, regulamentos, indicadores, normas, planos e programas (Souza, 2002, p. 46). Portanto, deduz-se que a política é reduzida quando apropriada em equivalência ao conceito de gestão. No tocante às políticas territoriais, a proliferação desse conceito em praticamente todas as dimensões inviabiliza a superação de descaminhos das políticas públicas e o curso de transformações territoriais necessárias.

Gestão urbana, gerentes de cidades, gestão regional, gestão territorial, gestão ambiental, etc. Há um conjunto de adjetivações indicando a gestão como panaceia para a ineficiência da ação política. A retórica, a dialética, o diálogo que potencialmente pode conduzir a ação política em direção a outras racionalidades possíveis deslocam-se para as gestões parciais, desintegrando, desse modo, a totalidade territorial e da ação política.

E o mais preocupante é que a direção apontada pelas estratégias gerenciais geralmente restringe-se ao economicismo. Na globalização, as sociedades vêm sendo regidas intensamente por convivências fundamentadas na competitividade, terreno fértil para que a dimensão política da ação humana reduza-se às metas plantadas pela instrumentalismo econômico. Com o “(...) enfraquecimento do conflito de ideias em proveito dos conflitos de interesses” (Morin, 1995, p. 121), a decadência dos valores democráticos fica institucionalizada, e, com isso, e por meio da manipulação econômica, os grandes problemas da humanidade são concebidos como “(...) privados, ao invés de emergirem à consciência política e ao debate público” (Id. *ibid.*).

No campo do planejamento, as consequências da perspectiva gestonária afunilam-se em concepções setorializadas que, sabidamente, são inócuas no âmbito de políticas com recortes territoriais (Azzoni, 2002). De fato, a migração do conceito de gestão para a coisa pública produz a planificação indicativa, de caráter legalista, “cartorial”, dotadas de eficiência, mas para satisfazer outros interesses de uso do território. O planejamento setorial-indicativo legaliza e legitima um sentido condominial do uso do território pelos segmentos sociais providos de grande poder de barganha política.

A tendência institucionaliza a privatização do planejamento territorial e traz sérias implicações. Por exemplo, no estreitamento dos limites constitucionais que definem

propriedade pública e propriedade privada e na relativização utilitarista do sentido de soberania e de autonomia territorial. A gestão dos sistemas de engenharia, que traduz o processo das privatizações das infraestruturas, reduz significativamente o poder de regulação territorial do Estado (Silva Neto, 2003).

No caso brasileiro, o planejamento urbano e regional das últimas décadas revela dois discursos distintos, estratégias até antagônicas se levarmos em conta os contextos políticos do período militar e o da redemocratização. Antes, as experiências de planejamento urbano e regional foram extensivamente praticadas em bases tecnocráticas e centralizadoras, mas assentadas em políticas territoriais. Findo o período, a constituição federal vigente, de 1988, abriu as possibilidades de implementação de políticas democráticas. Sem dúvidas, hoje, o espírito de participação e de descentralização está impregnado no discurso político, especialmente absorvido no chamado “planejamento participativo”, mas não está traduzido no plano do território. Ou melhor, a dualidade democratizante da participação e da descentralização não atingiu a instância territorial, permanecendo circunscrita à administração pública. Tanto que, de fato, não se percebeu uma evolução substantiva das políticas descentralizadoras. Antes, são descentralistas. As subprefeituras exemplificam bem que a política é de desconcentração meramente administrativa, e não de descentralização política. Os subprefeitos são funcionários da máquina pública, podem ser exonerados e, nessa categoria, estão desprovidos de legitimidade que a descentralização de fato exige. Esse desvio demonstra exemplarmente que o território usado não é levado em conta na ação política.

Embora não se possa afirmar categoricamente que os descaminhos das políticas públicas estejam diretamente relacionados à desconsideração da instância territorial, o que se nota é que os efeitos concretos da redemocratização política apresentam resultados limitados. Em São Paulo, o crescimento da população favelada evoluiu de 1,2 milhão em 1990 para 2 milhões em 2000 (Ghon, 2006, p. 131). O Censo Demográfico de 2010 revela que 6% da população brasileira mora em favelas. Malgrado o discurso oficial da ampliação da classe média, esses dados são alguns dos indicadores entre os muitos que poderiam ser mencionados para demonstrar o agravamento do quadro social no Brasil, e o estilo de planejamento concebido para buscar o equacionamento dos problemas. Invariavelmente, seguem a mesma cartilha. Formal e aparentemente, o processo de planejamento resulta da participação dos agentes envolvidos, mas, geralmente, acaba por legitimar interesses hegemônicos.

O Plano Diretor da cidade de São Paulo foi desenvolvido em tais bases democráticas, e seguindo a linha do “planejamento estratégico”. Aprovado pela Câmara Municipal em 2002, o plano continha 308 artigos, enunciando 338 “ações estratégicas”, que “são uma enxurrada de propostas de ações enunciadas sem que se saiba quem vai executá-las, nem quando, nem como, nem com que recursos. Ali se propõe de tudo sobre tudo o que seja problema urbano. Tudo é estratégico” (Villaça, 2005, p. 23). E mais. Ele é participativo. Por dois anos, o processo de elaboração do plano envolveu seções plenárias e audiências públicas, legitimando-se como representativo dos anseios da população. Mas, efetivamente, representa quem? Pesquisa de 2003 concluiu que “19% da população participavam de algum tipo de associação civil na cidade [*de São Paulo*], sendo que, daquele universo, 10% eram entidades religiosas e 9% entidades civis” (Ghon, 2006, p.139).

Desse modo, a complexidade e fragmentação apresentadas no território e no processo de produção de conhecimento acabam por gerar a abstração das relações sociais, descontextualizando-as. A instrumentalização deliberada da ação política legítima “verdades socialmente necessárias”, “que junto com muitas outras constitui a ideologia dominante com a qual, a sociedade toda está cegamente encharcada sem ter consciência disso” (Villaça, 2005, p. 90).

Conclusão: do mercado socialmente necessário às ações socialmente necessárias

O território não pode ser mais compreendido como cenário. É instância ativa da sociedade. Condiciona a tudo e a todos, indistintamente. O território atribui significado categórico à totalidade em movimento, rechaçando as ideias de fragmentação e, uma vez que compreende todos, de banalização do abuso. O território é agente à medida que é instância mediadora da interação indispensável de outros agentes, entre eles a própria sociedade, o Estado e o mercado.

Esse território, que não exclui, mas que pode e deve ser base para uso extensivo dos cidadãos, de todos, da sociedade e das empresas, possibilita ser visto como território usado, praticado pelas experiências humanas, o que inclui as dos “homens lentos” (Santos, 1994, p. 91).

A formulação de “mercado socialmente necessário” decorre dessa noção elementar de território; a noção é trazida da dialética do mundo concreto, empiricamente observável nas dinâmicas e contextos da “cultura ordinária” (Certau, 1998, apud Ribeiro, 2005, p. 95) do homem lento.

O “mercado socialmente necessário” é um marco filosófico-político-projetual. Parte do esforço de uma interpretação compreensiva da realidade social e alcança o projeto como indagação de possibilidades. O conceito representa avanço na compreensão das dinâmicas do período popular da história, propondo, desse modo, novas formas políticas de sociabilidade. O conceito é porta-voz da dinâmica do homem-lento, de sua cultura ordinária “portadora de futuros e inventora de soluções” (Ribeiro, 2005, p. 96).

Em síntese, o mercado socialmente necessário indica que a concepção hegemônica de mercado não é a única versão possível das trocas econômicas. O conceito vem ao encontro da necessidade de se refletir analiticamente o sentido da histórica no período histórico atual. A lógica instrumental, que incitou Mumford a pensar no fim das cidades, resulta a mesma que supõe a emergência de uma sociedade constituída por fluxos. O confronto da economia real – das forças produtivas – com a economia abstrata da rede global de especulação de valores é embate frequentemente estampado em situações muito dolorosas. Em confronto à mortandade de milhares de pessoas no continente africano, os *royalties* cobrados pelos medicamentos utilizados no tratamento da AIDS sustentam as ações das indústrias farmacêuticas na bolsa de valores.

Mesmo em face de tantas evidências da “crise de racionalidades”, parece “inútil insistir na crítica à concepção hegemônica de mercado, não só pela força alcançada pelo pensamento dominante, mas, sobretudo, porque muitos já realizaram esta crítica com grande competência” (Id. p. 103). No entanto, pode-se, ao menos, confrontar o modelo dominante. Por intermédio da noção de “mercado socialmente necessário”, torna-se possível romper a barreira que impede a formulação de políticas verdadeiramente inclusivas. Para formar cidadãos – com direitos – e não consumidores – com privilégios (Santos, 1987).

Ainda com as reservas de que o pensamento único impere, o mercado socialmente necessário, efetiva e embrionariamente, já existe: “as lutas dos vendedores ambulantes nos centros das principais metrópoles do mundo, as redes de troca de tantas experiências latino-americanas, os movimentos sociais territorializados, os projetos de desenvolvimento local e os experimentos da economia solidária” (Ribeiro, 2005, p.107). Diante de estatísticas da FGV demonstrando que, em 2004, 90% da economia rural brasileira era informal (O Estado de São Paulo, 2004), o que realmente tem existência concreta? O “ente mercado” ou o “ente território”? Como compreender semelhante paradoxo no universo da economia globalizada? 40% da renda nacional bruta procedem do setor informal. O país tem liderança mundial consolidada na agropecuária e é um dos principais exportadores de soja, açúcar, carnes de frango, suína e bovina, café, suco de laranja e fumo. “Nos últimos 15 anos o

crescimento das exportações agrícolas cresceu 6%, e com reais possibilidades de continuar crescendo a taxas iguais ou até mesmo superiores a esta” (Scolari, 2009). Então, o que está subterrâneo?

O mercado socialmente necessário “também se alimenta da refletividade contemporânea e, logo, do pensamento estratégico” (Ribeiro, 2005, p. 107). Por isso as técnicas – incluindo-se a unicidade com que se conformam plenamente por quase todos os lugares – não estão fora das perspectivas ativas das ações socialmente necessárias. A avalanche de recursos tecnológicos desenvolvidos pelas forças de mercado difunde-se nas cadeias informais do mercado com velocidade impressionante. Antes de serem lançados oficialmente, softwares são comercializados “livremente” no centro da cidade de São Paulo ao custo de 10, 20 reais.

O mercado socialmente necessário é um engenho popular. Nesse modelo de mercado, o valor de uso supera o valor de troca e resiste à abstração exigida pelo modelo hegemônico. O conceito exprime uma experiência que tem raízes na terra em que se vive e, ali mesmo, no lugar, encontra soluções para as dificuldades. “A razão universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso, prima a *informação* que, aliás, é sinônimo de organização. No segundo caso, prima a *comunicação*” (Santos, 1996, p. 272). O contato cotidiano e sem as mediações abstratas do mercado formal produz solidariedades orgânicas concretas e ativas. Nesse movimento os homens lentos, enraizados que estão no território e baseados no trabalho e no cotidiano, acabam por criar, paralelamente, territorializações resistentes.

O ponto crítico que pode conduzir a reformulação das categorias e, com isso, seguir a própria história, corresponde a um salto moral necessário, ou ainda, por outra via, ações políticas fundadas no uso e na prática do território pelo homem comum. De uma forma ou de outra, a precedência do homem poderá levar a uma mudança radical, trazendo alternativas para o destino das cidades, que não se extinguirão. Ao contrário, serão tecidas num grau de complexidade orgânica inconcebível pela lógica dos modelos. O fundamento das novas conceituações é o mesmo do período popular. “A primazia do homem supõe que ele estará colocado no centro das preocupações do mundo, como um dado filosófico e como uma inspiração para as ações” (Id. 2000, p. 147).

Por fim, o conceito de mercado socialmente necessário lança inúmeros desafios teórico-práticos – interpretativos e projetuais. De ação projetual. Há muitas dimensões do espaço construído que necessitam estratégias “socialmente necessárias”.

A começar do planejamento socialmente necessário, com foco na política e no território, e não na gestão e no planejamento setorial-indicativo. As ações socialmente necessárias equivalem à elevação do território usado à qualidade de categoria central de análise das técnicas de planificação.

Referências bibliográficas

Arantes, O. et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis, Vozes, 2000.

Azzoni, C. R. 2002. Sobre a necessidade da política regional. In: Kon, A. (Org.). *Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil*, São Paulo, Perspectiva.

Dertouzos, M. 1998. *O que será: como o mundo da informação transformará nossas vidas*, São Paulo, Companhia das Letras.

Gohn, M. 2006. Associativismo em São Paulo: novas formas e participação no planejamento urbano da cidade. Nunes, B. F. (Org.). *Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano*, Brasília, Líber Livro Editora, p. 129-178.

Grau, E. 1997. *A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica*. 3 ed., São Paulo, Malheiros.

Harvey, D. 1993. *Condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola.

Izumino, W. P.; Neme, C. 2002. Violência urbana e graves violações de direitos humanos, *Cienc. Cult.*, jun./set., v. 54, n. 1, p.47-49.

Latour, B. 1997. *Nous n'avons jamais été modernes : essai d'anthropologie symétrique*, Paris, La Découverte & Syros.

Morin, E.; Kern, A. B. 1995. *Terra pátria*, Porto Alegre, Sulina.

Mumford, L. 1961. *A cultura das cidades*, Belo Horizonte, Itatiaia.

Pereira, L. 1970. *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*, 3 ed., São Paulo, Pioneira, 1970. Ribeiro, A. C. T. 2005.. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A. et al. *Formas em crise: utopias necessárias*, Rio de Janeiro, Arquimeds Edições, p. 93-111.

Santos, M. 1987. *O espaço do cidadão*, São Paulo, Nobel.

—. 1994. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec.

—. 1996. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

— . 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4. ed., Rio de Janeiro, Record.

Santos, M. et al. (Org.) 1994a. *Território: globalização e fragmentação*, São Paulo, Hucitec/Anpur.

Scolari, D. D. G. 2009. *Produção agrícola mundial: o potencial do Brasil*. s.l., Mimeo.

Silva Neto, M. L. 1998. *Implicações da aceleração contemporânea na escala local: o caso do Estado de São Paulo*, Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

— . 2003. A questão regional hoje: reflexões a partir do caso paulista. In: Souza, M. A. A. de. (Org.). *Território brasileiro: usos e abuso*, Campinas, Editora Instituto Territorial, p. 355-379.

— . 2006. Novas regiões, outros desafios: a regionalização do novo mercado em São Paulo e suas implicações no planejamento urbano-regional. *Cadernos IPPUR*, v. XX, n.1, p. 49-75, jan./jul.

Soja, E. 1993. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

Souza, M. A. A. 2005. O retorno do território, *Revista OSAL*, ano VI, n. 16, fev.-abr. p. 251-261.

Souza, M. L. 2002. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Sthör, W. B. 1981. Desarrollo desde abajo: el paradigma de desarrollo de abajo hacia arriba, y de la periferia hacia adentro. *Documento CPRD, ILPES*.

Villaça, F. 2005. *As ilusões do plano diretor* (mimeo.)

Rousseau, J.-J. (1754) 1994. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, São Paulo, Ediouro.

Hessel, S. 2011. *Indignez-vous! Montpellier*, Indige Éditions.

Wolfe, M. 1987. Agentes del desarrollo, *Revista de la CEPAL*, n.º 31.

Cadernos IPPUR, 2006, v. XX, n.1, p. 49-75, jan./jul.

O Estado de São Paulo. *Informalidade ou crescimento*. 7 jun. 2004. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=128020>> [Acesso em: 15 out. 2011].

Lodish, E. 2005. An e-cycling nightmare. *The Nation*. 15 nov. Disponível em: <http://www.ban.org/ban_news/2005/051115_ecycling_nightmare.html> [Acesso em 21 nov. 2011].